

<b>REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---	-----------------------------------	---

<b>REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
<b>REGISTRO DAS REVISÕES</b>		
<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>MOTIVO DAS REVISÕES</b>
<b>0</b>	<b>29/09/2023</b>	<b>Criação do regimento.</b>
<b>ELABORAÇÃO</b>	<b>VERIFICAÇÃO</b>	<b>APROVAÇÃO</b>
<b>DATA: 29/09/2023</b>	<b>DATA: 29/09/2023</b>	<b>DATA: 29/09/2023</b>
<b>ESTA POLÍTICA ENTROU EM VIGOR NA DATA: 29/09/2023</b>		
<b>REQUER TREINAMENTO:</b> _____ <b>SIM</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>NÃO</b>		



<b>REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---	-----------------------------------	---

## SUMÁRIO

<b>1. ABRANGÊNCIA .....</b>	<b>3</b>
<b>2. FINALIDADE.....</b>	<b>3</b>
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA.....</b>	<b>3</b>
<b>4. DEFINIÇÕES .....</b>	<b>3</b>
<b>5. COMPOSIÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>6. INDICAÇÕES E REQUISITOS .....</b>	<b>6</b>
<b>7. INVESTIDURA .....</b>	<b>7</b>
<b>8. COMPETÊNCIA .....</b>	<b>7</b>
<b>9. REMUNERAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>10. RESPONSABILIDADE .....</b>	<b>9</b>
<b>11. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO .....</b>	<b>9</b>
<b>12. DEVERES E VEDAÇÕES .....</b>	<b>10</b>
<b>13. COMITÊS CONSULTIVOS E DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO .....</b>	<b>11</b>
<b>14. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....</b>	<b>12</b>
<b>15. APROVAÇÃO .....</b>	<b>12</b>

<b>REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---	-----------------------------------	---

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA  
DE DESENVOLVIMENTO DE BARRA MANSA – CDBM**

**1. ABRANGÊNCIA**

O presente Regimento aplica-se ao Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento de Barra Mansa – CDBM.

**2. FINALIDADE**

Regular as atribuições e o funcionamento do Conselho de Administração da CDBM.

**3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA**

- 3.1 Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976: que “dispõe sobre as Sociedades por Ações”, e suas alterações.
- 3.2 Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016: que “dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” e suas alterações.
- 3.3 Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018: que “dispõe sobre a proteção de dados pessoais”.
- 3.4 Decreto 46.188 de 06 de dezembro de 2017: que “regulamenta, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias”.
- 3.5 Estatuto Social da Companhia.

**4. DEFINIÇÕES**

São considerados para os fins deste Regimento, no singular ou no plural, os termos a seguir.



<b>REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---	-----------------------------------	---

- 4.1 **Acionista Controlador:** o acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de voto ou sob controle comum que exerça(m) o Controle da Companhia, nos termos da Lei 6.404/1976.
- 4.2 **Administradores:** os diretores e os membros do Conselho de Administração da Companhia e seus respectivos suplentes, nos termos da Lei 6.404/1976.
- 4.3 **Código de Conduta:** Código de Conduta, Ética e Integridade da Companhia, que vier a ser elaborado nos termos do artigo 9º, §1º da Lei 13.303/2016, do Decreto 46.188/2017, e demais disposições aplicáveis.
- 4.4 **Comitê de Auditoria Estatutário:** órgão auxiliar ao Conselho de Administração da Companhia, criado nos termos do parágrafo único do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 24 da Lei 13.303/2016 e do do Decreto 46.188/2017.
- 4.5 **Coligada:** qualquer sociedade coligada à Companhia, conforme definido no artigo 243, § 1º da Lei 6.404/1976.
- 4.6 **Controlada:** qualquer sociedade controlada, conforme definição de Controle, nos termos artigo 243, § 2º da Lei 6.404/1976.
- 4.7 **Controle:** controle, direto ou indireto, de qualquer sociedade, conforme definido no artigo 116 da Lei 6.404/1976.
- 4.8 **Dado pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- 4.9 **Dado pessoal sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa.
- 4.10 **Plano de Contingência:** ações necessárias para manter um nível de funcionamento adequado até o retorno à situação normal, após a ocorrência de incidentes e interrupções.
- 4.11 **Plano de Integridade:** conjunto de ações desenvolvidas com o intuito de promover a cultura da ética, integridade, transparência e necessidade de prestação de contas, com ênfase no fortalecimento e aprimoramento da estrutura de governança, da



<b>REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---	-----------------------------------	---

gestão de riscos, da aplicação efetiva de códigos de conduta ética e da adoção de medidas de prevenção de atos ilícitos.

- 4.12 **Plano de Resposta ao Risco:** conjunto de ações, elaborado pelo dono do risco, que expressa o tratamento a ser dado ao risco.
- 4.13 **Portfólio de riscos:** catálogo de apresentação das características e informações de cada risco.
- 4.14 **Risco priorizado:** risco estratégico definido como de maior impacto para a Companhia caso materializado e que, nesse sentido, possui mecanismos de controle e monitoramento mais rigorosos.
- 4.15 **Tratamento de dados pessoais:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

## **5. COMPOSIÇÃO**

- 5.1 A composição do Conselho de Administração da Companhia é disciplinada nos termos do artigo 16-A do Estatuto Social, respeitadas as disposições da Lei 6.404/1976 e Lei 13.303/2016.
- 5.2 Em caso de ausência, impedimento ou vacância, o cargo de conselheiro será exercido pelo respectivo suplente. Não havendo suplente, o substituto deverá ser eleito na Assembleia Geral imediatamente subsequente, para completar o mandato. Até então, o cargo será provisoriamente ocupado por quem for designado pelo Conselho de Administração, conforme art. 18 e seus parágrafos, do Estatuto Social da Companhia.



<b>REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---	-----------------------------------	---

- 5.3 São considerados independentes os Conselheiros eleitos por acionistas minoritários, mas não aqueles eleitos pelos empregados.
- 5.4 O Acionista Controlador deverá indicar os membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, caso os demais acionistas não o façam. Os cargos de presidente do Conselho de Administração da Companhia e de Diretor Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deve: (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de um ano.
- 5.5 O prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia será unificado e de 03 (três) anos, sendo permitidas reconduções consecutivas.
- 5.6 No Conselho de Administração da Companhia é garantida a participação de:
- (a) três membros indicados pelo Prefeito Municipal, representante legal do acionista majoritário, sendo dois deles exercendo a Presidência e Vice-Presidência;
  - (b) dois membros indicados pelos acionistas minoritários, eleitos nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

## **6. INDICAÇÕES E REQUISITOS**

- 6.1 As indicações de membros do Conselho de Administração da Companhia deverão observar o disposto no item específico da Política de Indicação a ser aprovada.



<b>REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---	-----------------------------------	--

- 6.2 Os membros do Conselho de Administração da Companhia deverão atender aos requisitos previstos no Art. 17 da Lei nº 13.303/2016 e Art. 25 do Decreto Estadual nº 46.188/2017.
- 6.3 É vedada a indicação como membros do Conselho de Administração da Companhia das pessoas nas situações indicadas que se enquadram nas vedações definidas na Lei 13.303/2016, no Decreto Estadual 46.188/2017 e na Lei 6.404/1976 e sua verificação observará o disposto em item específico da Política de Indicação que vier a ser elaborada.

## **7. INVESTIDURA**

- 7.1 Os membros do Conselho de Administração da Companhia tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no Livro de Atas do Conselho de Administração, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos artigos 145 a 158 da Lei 6.404/1976.
- 7.2 As posses dos Conselheiros de Administração ora eleitos ficam condicionadas à assinatura (i) do respectivo Termo de Posse; (ii) da Declaração de Desimpedimento, e (iii) do Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informações, observado a Política de Indicação que vier a ser elaborada. Os membros do Conselho de Administração da Companhia devem participar, anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados pela empresa estatal, observado o disposto no artigo 17, §3º da Lei nº 13.303/2016 e no artigo 40 do Decreto Estadual 46.188/2017.
- 7.3 Os membros do Conselho de Administração da Companhia apresentarão declaração de bens, ao assumirem e ao se desligarem de suas funções.

## **8. COMPETÊNCIA**

- 8.1 Sem prejuízo das competências previstas no art. 142 da Lei 6.404/1976, e das demais atribuições previstas na Lei 13.303/2016, no Decreto Estadual 46.188/2017 a competência do Conselho de Administração da Companhia encontra-se prevista no art. 12 do Estatuto Social da CDBM.
- 8.2 Compete ao Conselho de Administração da Companhia, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, promover, anualmente, análise quanto ao



<b>REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---	-----------------------------------	---

atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo divulgar suas conclusões em sítio eletrônico.

- 8.3 Excluem-se da obrigação da divulgação a que se refere a Cláusula 8.1 acima informações de natureza estratégica, cujo conteúdo possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da Companhia.
- 8.4 Caberá, ainda, ao Conselho de Administração da Companhia aprovar, na última reunião do exercício vigente, o calendário das reuniões do Conselho de Administração da Companhia do exercício seguinte.

## **9. REMUNERAÇÃO**

- 9.1 A remuneração global ou individual do Conselho de Administração da Companhia será anualmente fixada pela Assembleia Geral da Companhia, nos termos do que estabelece o Estatuto Social.
- 9.2 A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração da Companhia obedece ao que dispõe a Lei 6.404/1976 e ao disposto na Política de Remuneração.
- 9.3 É vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia aos membros do Conselho de Administração.
- 9.4 É vedada a participação com percepção de valores pelos membros da administração pública municipal, direta ou indireta, em mais de dois conselhos, de administração ou fiscal, de empresa estatal ou de suas subsidiárias, respeitada as disposições do art. 20 da Lei n.º 13.303/2016 e no Decreto Estadual n.º 46.188/2017.





<b>REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---	-----------------------------------	---

## **10. RESPONSABILIDADE**

- 10.1 Os membros do Conselho de Administração serão individualmente responsabilizados pelos atos praticados no âmbito de suas respectivas atribuições, quando agirem em desconformidade com a lei e com o Estatuto Social, nos termos do Art. 158, inciso II da Lei 6.404/1976.
- 10.2 A Companhia assegurará aos membros do Conselho de Administração, quando legalmente possível, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos contra essas pessoas, na forma que vier a ser definida no Estatuto Social da Companhia.

## **11. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

- 11.1 Será realizada anualmente avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos membros do Conselho de Administração da Companhia, observados os seguintes quesitos mínimos para os administradores:
- (a) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
  - (b) contribuição para o resultado do exercício;
  - (c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.
- 11.2 Cabe ao Comitê de Auditoria Estatutário acompanhar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e do Conselho Fiscal.
- 11.3 O Comitê de Auditoria Estatutário conduz anualmente, se necessário com o suporte de assessoria externa especializada, um processo de avaliação formal e estruturada do Conselho de Administração da Companhia, visando a aprimorar sistematicamente a eficiência do órgão. Todos os conselheiros respondem a

<b>REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---	-----------------------------------	---

perguntas específicas e fazem sua avaliação sobre as cinco dimensões fundamentais para a eficácia do órgão:

- (a) foco estratégico do Conselho de Administração da Companhia;
- (b) conhecimento e informações sobre o negócio e as operações da Companhia;
- (c) independência e processo de trabalho do Conselho de Administração da Companhia;
- (d) funcionamento das reuniões e do Conselho de Administração da Companhia; e
- (e) motivação e alinhamento de interesses.

11.4 O resultado consolidado das avaliações é discutido em reunião do Comitê de Auditoria Estatutário que vier a ser instituído, quando serão definidos planos para eventuais melhorias.

11.5 O processo da avaliação dos membros do Conselho de Administração da Companhia é divulgado no Relatório Anual do Comitê, assim como os principais aspectos do plano anual de melhorias.

## **12. DEVERES E VEDAÇÕES DOS CONSELHEIROS**

12.1 Os membros do Conselho de Administração da Companhia têm os seguintes deveres no exercício de seus mandatos e devem, além do que dispuser o Estatuto Social da Companhia e a lei aplicável:

- (a) exercer as suas funções no exclusivo interesse da Companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da sua função social;
- (b) guardar sigilo sobre informações ainda não divulgadas ao mercado, obtidas em razão do cargo;
- (c) comparecer às reuniões previamente preparados, inclusive no que se refere ao exame prévio dos documentos postos à disposição, e delas participar ativa e diligentemente. A Secretaria Geral deve disponibilizar aos



<b>REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---	-----------------------------------	---

Conselheiros a documentação necessária à apreciação dos assuntos previstos na agenda das reuniões, observada a antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data marcada. Para tanto, as áreas gestoras devem enviar à Secretaria Geral as versões finais dos documentos sob sua responsabilidade no mesmo prazo de antecedência.

- (d) declarar, previamente à deliberação, sempre que a matéria submetida à sua apreciação tiver interesse particular ou conflitante com o da Companhia, abstendo-se de participar da sua discussão e votação;
- (e) conhecer e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia, as políticas, os regimentos internos dos órgãos da Companhia e o Código de Conduta que vier a ser elaborado;

**12.2** É vedado aos Conselheiros:

- (a) praticar ato de liberalidade à custa da Companhia;
- (b) tomar empréstimos ou recursos da Companhia e usar, em proveito próprio, bens a ela pertencentes;
- (c) receber qualquer modalidade de vantagem em razão do exercício do cargo;
- (d) omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou demais Controladas, Coligadas ou subsidiárias integrais;
- (e) valer-se da Informação Privilegiada para obter vantagem para si ou para outrem,
- (f) intervir em operações que tenham interesse conflitante com a Companhia ou com qualquer empresa controlada, coligada ou subsidiária integral, devendo, nessa hipótese, consignar as causas do seu impedimento em ata.

## **13 COMITÊS CONSULTIVOS E DE APOIAMENTO TÉCNICO**

**13.1** Poderão ser constituídos comitês consultivos e de assessoramento técnico ao Conselho de Administração da Companhia, órgão este que definirá seus objetivos, funções e vigência.

**13.2** Os comitês não terão função executiva e poder de decisão.



<b>REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---	-----------------------------------	---

13.3 Caberá ao Conselho de Administração da Companhia estabelecer as normas aplicáveis a esses comitês, definindo seus componentes, bem como seus coordenadores, incluindo sua composição, prazo de gestão e funcionamento.

13.4 As decisões e orientações resultantes das atividades dos comitês não são vinculantes para os membros do Conselho de Administração da Companhia.

## **14 TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

14.1 O tratamento de dados pessoais no âmbito das atividades do Conselho de Administração será realizado em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 e conforme diretrizes da Política de Privacidade e Política de Segurança da Informação da CDBM, que vierem a ser criadas.

## **15 APROVAÇÃO**

15.1 O presente Regimento foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2023.

15.2 Compete ao Conselho de Administração aprovar alterações ao presente Regimento.

15.3 Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Mansa, 29 de setembro de 2023.